



CURSO PÓS-GRADUADO EM DIREITO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Direito Internacional e Europeu, Direito nacional e Concorrência

Coordenadores gerais: Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira e Professora Doutora Maria João Estorninho

Coordenadores: Professor Doutor Nuno Cunha Rodrigues, Professora Doutora Ana Gouveia Martins e Professora Doutora Alexandra Leitão

De 11 de outubro de 2022 a 7 fevereiro de 2023

I Módulo Direito Internacional e Direito da União Europeia

11 de outubro

1.^a sessão

Apresentação do curso

Nuno Cunha Rodrigues

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Advogado

Ana Gouveia Martins

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

2.^a sessão

Direito da União Europeia e aplicação das regras relativas à contratação pública

Nuno Cunha Rodrigues

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Advogado

13 de outubro

3.^a sessão

A Organização Mundial do Comércio e a contratação pública

Pedro Infante Mota

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

4.^a sessão

O Acordo sobre Contratos Públicos



Pedro Infante Mota
Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

18 de outubro

5.^a sessão

Contratação Pública e organizações internacionais (MDB - Multilateral Development Banks)

João de Almeida
Consultor do Banco Mundial

6.^a sessão

Direito da União Europeia originário e contratação pública. Em especial os princípios da concorrência, da publicidade e da transparência, da igualdade de tratamento e da não-discriminação

Claúdia Viana
Professora da Escola de Direito da Universidade do Minho

20 de outubro

7.^a sessão

Acordos comerciais preferenciais e contratação pública. O acesso de países terceiros à contratação pública na União Europeia e políticas de reciprocidade

Renato Gonçalves
Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

II Módulo Direito Administrativo dos Contratos Públicos

8.^a sessão

Âmbito aplicativo do regime da contratação pública:

- a) As “entidades adjudicantes”: três categorias de entidades adjudicantes para três níveis de intensidade dos regimes de contratação pública aplicáveis
- b) Os contratos abrangidos: “contratos públicos”, identificados a partir do interesse concorrencial das respetivas prestações
- c) Os contratos excluídos da Parte II do CCP: artigos 4.º, 5º, e (em parte) 6.º-A.
- d) O regime da “contratação excluída” do artigo 5.º-B.

Ana Gouveia Martins
Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa



25 de outubro

9.^a sessão

A contratação excluída (cont.) - As exclusões relacionadas com a contratação interadministrativa (em particular, a contratação in-house e a cooperação entre entidades públicas)

Mark Bobela-Mota Kirkby

Mestre em Direito, Advogado na Sérvulo & Associados

10.^a sessão

A preparação dos procedimentos: o anúncio de pré-informação ou anúncio periódico indicativo, a consulta preliminar ao mercado, a decisão de contratar, as medidas tendentes a identificar e impedir os conflitos de interesses e o júri do procedimento, serviços da entidade adjudicante e peritos.

Miguel Assis Raimundo

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa Advogado

27 de outubro

11.^a sessão

A decisão de adjudicação em lotes. A decisão de escolha do procedimento e os critérios de escolha: critérios relativos ao valor do contrato, breve referência aos critérios materiais (remissão) e outros critérios especiais. Em especial, a contratação de prestações do mesmo tipo em diferentes procedimentos e os contratos mistos.

José Duarte Coimbra

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

12.^a sessão

Peças do procedimento. Parâmetros base e aspectos da execução do contrato não submetidos à concorrência mediante a fixação de limites máximos e mínimos. O regime do preço base e do preço ou custo anormalmente baixo.

José Duarte Coimbra

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

3 de novembro

13.^a sessão

Regime dos esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais. Regime dos erros e omissões e responsabilidade do cocontratante. A sanção da nulidade do caderno de encargos do contrato de empreitada de obras públicas.

Marco Fernandes Caldeira

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa



Advogado na Vieira de Almeida e Associados

14.^a sessão

A candidatura e a proposta: aspetos materiais e formais. O documento europeu único de contratação pública. Catálogos eletrónicos. Impedimentos e causas de relevação dos impedimentos.

Jorge Pação

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

8 de novembro

15.^a sessão

Critério de adjudicação, fatores e subfactores de densificação e avaliação de propostas.

Luís Verde de Sousa

Mestre em Direito, Assistente na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e Advogado

9 de novembro

16.^a sessão - 1.^a parte (18h às 19h30) e 2.^a parte (19h45 às 21h)

Causas de exclusão das propostas. Regime de esclarecimentos e suprimento de irregularidades das propostas e candidaturas: formalidades não essenciais e erros evidentes.

Pedro Sánchez

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Advogado na Sérvulo & Associados

10 de novembro

17.^a sessão

A contratação estratégica: a sustentabilidade ambiental.

Raquel Carvalho

Professora da Escola de Direito da Universidade católica do Porto

18.^a sessão

Notificação da adjudicação. Anúncio da adjudicação. Anúncio voluntário de transparência. Habilitação. Caução. Celebração do contrato.

Margarida Olazabal Cabral

Mestre em Direito, Advogada na Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados

15 de novembro

19.^a sessão

Decisão de não adjudicação. Caducidade da adjudicação.

Pedro Moniz Lopes

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa



20.^a sessão

A contratação estratégica e seus reflexos. A inclusão de critérios sociais na contratação pública. Contratos reservados e promoção da economia local.

Nuno Cunha Rodrigues

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Advogado

22 de novembro

21.^a sessão

O procedimento de consulta prévia e o ajuste direto: regime procedimental

Bernardo Azevedo

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra Advogado na

Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados

22.^a sessão

O procedimento de consulta prévia e o ajuste direto: critérios de escolha em função do valor do contrato e critérios materiais. Os critérios de escolha especiais em função do tipo de contrato e entidade adjudicante.

Marco Caldeira

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

24 de novembro

23.^a sessão

O concurso público: critérios de escolha e regime procedimental. A eventual fase de negociação e o concurso público urgente.

Jorge Pação

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

24.^a sessão

O concurso limitado. Os modelos de avaliação da capacidade técnica e/ou financeira. O aproveitamento da capacidade de terceiros. Tramitação.

Ana Gouveia Martins

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

29 de novembro

25.^a sessão

O procedimento de parceria para a inovação. Delimitação face ao procedimento de negociação e diálogo concorrencial e regime procedimental. Os contratos com forte componente de inovação. Procedimentos pré-contratuais de contratos públicos de serviços sociais e de outros serviços específicos



Domingos Soares Farinho

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa Advogado

26.^a sessão

Sistemas de aquisição dinâmicos. Acordos-quadro e compras vinculadas.

Cláudia Monge

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa Advogada na BAS

6 de dezembro

27.^a sessão

Governança Administrativa e contratação pública

Alexandra Leitão

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

28.^a sessão

As medidas especiais de contratação pública.

Pedro Gonçalves

Professor da Faculdade de Direito Da Universidade de Coimbra

Advogado na Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados

13 de dezembro

29.^a sessão

A jurisprudência da fiscalidade prévia do Tribunal de Contas

Miguel Vasconcelos

Juiz-Conselheiro do Tribunal de Contas

30.^a sessão

Âmbito de aplicação do regime substantivo da Parte III do CCP. A utilização do contrato administrativo. Poderes de conformação contratual.

Maria João Estorninho

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

15 de dezembro

31.^a sessão

O gestor do contrato.

Tiago Serrão

Assistente convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

32.^a sessão

Invalidade e ineficácia dos contratos públicos

Maria João Estorninho

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa



5 de janeiro

33.^a sessão

A modificação objetiva dos contratos: regime geral

Ana Gouveia Martins

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

34.^a sessão

A modificação fundada na necessidade de trabalhos e prestações complementares

Licínio Lopes Martins

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

10 de janeiro

35.^a sessão

Cessão da posição contratual, subcontratação e outras formas de transmissão das obrigações contratuais

Mafalda Carmona

Professor da Faculdade de Direito de Lisboa

Advogada na Cuatrecasas Gonçalves Pereira & Associados

36.^a sessão

O regime dos contratos de concessão

Lino Torgal

Advogado na Garrigues

12 de janeiro

37.^a sessão

Poder sancionatório: a previsão e aplicação das sanções

Ana Gouveia Martins

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

38.^a sessão

Cumprimento e Incumprimento dos contratos

Ana Gouveia Martins

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

17 de janeiro

39.^a sessão

Extinção dos contratos

José Luís Moreira da Silva

Mestre em Direito,

Advogado na SRS Advogados



40.^a sessão

Arbitragem, Regulação, governação e regime sancionatório da contratação pública

João Tiago Silveira

Professor da Faculdade de Direito de Lisboa

19 de janeiro

41.^a sessão

Contencioso pré-contratual

José Duarte Coimbra

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

42.^a sessão

Contencioso contratual

Marco Caldeira

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

III módulo

Direito da União Europeia, Económico e Financeiro

24 de janeiro

43.^a sessão

Contratação pública no setor da defesa no Direito da União Europeia

Marco Capitão Ferreira (a confirmar)

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

44.^a sessão

Contratação Pública e endividamento público

Guilherme W. d'Oliveira Martins

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

26 de janeiro

45.^a sessão

A articulação entre a contratação pública e o direito da concorrência

Nuno Cunha Rodrigues

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Avogado

46.^a sessão

Decisão de contratar e decisão financeira

André Marçalo

Assistente convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa



31 de janeiro

47.^a sessão

Conceito e enquadramento orçamental e contabilístico das Parcerias Público-Privadas e Parcerias Público-Públicas

Nazaré da Costa Cabral

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Presidente do Conselho de Finanças Públicas

48.^a sessão

Parcerias público-privadas: em particular a modificação e distribuição do risco nas Parcerias Público-Privadas

Pedro Melo

Mestre em Direito, Advogado na Miranda Law

2 de fevereiro

49.^a sessão

Parcerias público-privadas: em particular o reequilíbrio Financeiro nas Parcerias Público-Privadas e nas Parcerias Público- Públicas

Sérgio Gonçalves do Cabo

Mestre em Direito, Advogado

50.^a sessão

O papel do Tribunal de Contas na Fiscalização dos Contratos Públicos

Alexandra Pessanha

Mestre em Direito, Assistente convidada da Faculdade de Direito de Lisboa

7 de fevereiro

51.^a sessão

A prevenção da corrupção na contratação pública

Fernando Silva

Juiz-Conselheiro do Tribunal de Contas

52.^a sessão

A regulação na contratação e as orientações técnicas do IMPIC

Fernando Batista

Presidente do IMPIC

Ficam ressalvadas eventuais alterações ao programa

Informações:

O Curso realiza-se no período de 11 de Outubro de 2022 a 7 de fevereiro de 2022, às 3.^{as} e 5.^{as} feiras, das 18h00 às 19h30 (1.^a sessão) e das 19h45 às 21h00 (2.^a sessão).



Local: Devido à situação de saúde pública vigente, o curso irá decorrer na plataforma de conferências ZOOM, podendo algumas das sessões vir a ter lugar em formato presencial caso as circunstâncias o permitam, sem prejuízo de se garantir que decorram em simultâneo na plataforma ZOOM.

Propina: 1.500,00€ (Integral ou pagos em 3 prestações, sendo a primeira paga no ato de inscrição).

- Redução de 10% no valor total do curso para quem efetuar o pagamento integral no ato da inscrição.
- Redução de 10% para ex-alunos do ICJP, do IE, e do IDEFF.
- Redução de 10% para inscrições de grupo (instituições que inscrevam 3 pessoas ou mais).

Nota: os descontos não são cumulativos

Prazo de inscrições: até ao dia 30 de setembro de 2021

Avaliação: Apresentação de um trabalho escrito final sobre um tema ou subtema do Curso, de acordo com as regras definidas no Regulamento do curso (vide Regulamento).

Informações: Instituto Europeu, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, IDEFF.

Inscrições:

Dra. Joana Silva

Telefone: 217 933 250

E-mail: institutoeuropeu@fd.ulisboa.pt www.facebook.com/institutoeuropeu.fdul
www.institutoeuropeu.eu

Pedidos de informação Contactos:

Dra. Joana Silva

Telefone: 217 933 250

E-mail: institutoeuropeu@fd.ulisboa.pt www.facebook.com/institutoeuropeu.fdul
www.institutoeuropeu.eu

Dra. Telma Oliveira

Telefone: 217 820 265 – Tml.: 933 469 330

E-mail: icjp@fd.ulisboa.pt www.facebook.com/icjp.pt www.icjp.pt

Com o apoio do Programa Erasmus+ - Jean Monnet